

A educação de jovens e adultos no período de ensino remoto emergencial: uma experiência na cidade de Senador Pompeu-CE

Education of young people and adults in the period of emergency remote teaching: an experience in the city of Senador Pompeu-CE

La educación de jóvenes y adultos en el período de emergencia enseñanza a distancia: una experiencia en la ciudad del Senador Pompeu-CE

Recebido: 01/06/2022 | Revisado: 15/06/2022 | Aceito: 17/06/2022 | Publicado: 29/06/2022

Josiane do Nascimento da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4617-8616>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: josiane.silva@aluno.uece.br

Myrla Raquel dos Santos Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2394-3365>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: myrla.vieira@aluno.uece.br

Renata Silva dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0325-5784>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: renata14.santos@aluno.uece.br

Priscila Azevedo de Amorim

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9521-5279>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: priscila.azevedo@uece.br

Nara Lucia Gomes Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9009-8181>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: nara.lima@uece.br

Cláudia Régia Damasceno Chaves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3869-9286>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: claudia.regia@uece.br

Resumo

Diante do cenário da pandemia pelo novo coronavírus-COVID-19, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), composta em sua maioria por estudantes com histórico de exclusão educacional, se mostra ainda mais vulnerável devido à suspensão das atividades escolares, gerando um desafio ainda maior para os sistemas de ensino. Além da educação, diversos setores da sociedade foram afetados e, por causa da necessidade do isolamento social, as escolas tiveram que aderir à proposta do ensino remoto para dar continuidade ao calendário escolar. O presente artigo aborda a temática do ensino remoto para refletir e discutir o impacto da pandemia da COVID-19 sobre o segmento da EJA, a partir da análise das experiências dos alunos que estão matriculados nesta modalidade de ensino, vinculada a uma escola da rede pública municipal da cidade de Senador Pompeu – Ceará. Especificamente, analisamos o desempenho e a aprendizagem dos alunos durante esse contexto de pandemia, em que as aulas ocorreram de forma remota. A abordagem de nossa pesquisa é qualitativa; como princípio metodológico, optamos pela pesquisa bibliográfica e exploratória, subsidiada por autores tais como: Haddad e Di Pierro (2000), Moura (2003), Scortegagna e Oliveira (2006), Martins Correia (2021) cujos aportes teóricos são essenciais para a fundamentação desta pesquisa.

Palavras-chave: EJA; COVID-19; Ensino remoto.

Abstract

In view of the new coronavirus – COVID-19 pandemic scenario, the Youth and Adult Education modality (YAE), mostly composed of students with an educational exclusion history, has become even more vulnerable due to the suspension of the school activities, creating a greater challenge to the education systems. In addition to education, several sectors of society were affected and because of the necessity of social distancing, the schools had to adhere to the proposal of remote teaching in order to carry out the school schedule. This paper approaches the remote teaching theme to reflect and discuss the impact of the COVID-19 pandemic on the YAE system, through the analysis of students' experiences that are currently enrolled in that teaching modality associated with a municipal public system school in Senador Pompeu – Ceará. Specifically, we analyzed the students' performance and learning skills during

this pandemic context, in which the classes were performed in the remote learning system. This research is based on a qualitative approach and it has as methodological principle the bibliographical and explanatory research, subsidized by some authors, such as: Haddad and Di Pierro (2000), Moura (2003), Scortegagna and Oliveira (2006), Martins Correia (2021), which theoretical basis are essential to the foundation of this study.

Keywords: YAE; COVID-19; Remote teaching.

Resumen

Ante el escenario de la pandemia provocada por el nuevo coronavirus-COVID-19, la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), compuesta en su mayoría por estudiantes con antecedentes de exclusión educativa, se encuentra aún más vulnerable por la suspensión de actividades escolares, generando un desafío aún mayor para los sistemas educativos. Además de la educación, varios sectores de la sociedad se vieron afectados y ante la necesidad del aislamiento social, las escuelas debieron adherirse a la propuesta de enseñanza a distancia para continuar con el calendario escolar. Este artículo aborda el tema de la enseñanza a distancia para reflexionar y discutir el impacto de la pandemia de la COVID-19 en el segmento de la EJA, a partir del análisis de las experiencias de los alumnos que cursan este tipo de enseñanza, vinculados a una escuela pública del municipio de Senador Pompeu – Ceará. Específicamente, analizamos el desempeño y aprendizaje de los estudiantes durante este contexto de pandemia, en el que las clases se llevaron a cabo de forma remota. Nuestro enfoque de investigación es cualitativo; como principio metodológico, optamos por la investigación bibliográfica y exploratoria, apoyada en autores como: Haddad y Di Pierro (2000), Moura (2003), Scortegagna y Oliveira (2006), Martins Correia (2021) cuyos aportes teóricos son esenciales para la base de esta investigación.

Palabras clave: EJA; COVID-19; Enseñanza remota.

1. Introdução

Diante do cenário que vivenciamos desde março de 2020, com o surgimento da pandemia da COVID-19 no Ceará, diversos setores da sociedade foram afetados, dentre os quais a educação. Adaptar-se a um novo “aprender a viver” ao “novo normal”, com base nos princípios de saúde e cuidados sanitários, segundo as orientações do Ministério da Saúde, foi um dos desafios mais significativos que passamos durante os anos 2020 e 2021 e que persistem ainda nos dias atuais tendo em vista que a pandemia ainda não acabou, embora o número de casos e de mortes globais estejam decrescendo. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos, assim como o ensino regular, teve que se adaptar ao modelo de ensino remoto através dos usos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Com a pandemia e a necessidade do isolamento social, as escolas tiveram que aderir à proposta do ensino remoto para dar continuidade ao calendário escolar. Nessas circunstâncias, houve a necessidade de adaptação dos alunos, que deveriam ter acesso às TICs e, assim, continuar com um ensino que refletisse diretamente em sua qualidade.

Martins Correia (2021, p. 3), ao discutir sobre a atual conjuntura e a atuação dessas tecnologias nas escolas e sua contribuição na qualidade do ensino, mostra que devemos “[...] repensar as metodologias e didáticas a serem aplicadas para proporcionar uma educação que contemple de fato o atual momento, promovendo conhecimento e a formação individual do aluno e inovadora no segmento da EJA”.

O direito à educação de jovens e adultos está assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96. Na seção V, no seu artigo 37 lemos: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Brasil, 2021). No parágrafo 1º do referido artigo, a lei estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar aos jovens e adultos, dentro dessa modalidade, “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (Brasil, 2020).

Muitas foram as estratégias a que as instituições de ensino tiveram que aderir, a exemplo das atividades síncronas e assíncronas, para que o impacto pandêmico não fosse tão significativo, ou seja, que as atividades pedagógicas, mesmo remotas ou com atividades impressas, fossem desenvolvidas com o intuito de garantir o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

Tendo como pressuposto de que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos já enfrenta outros desafios no processo de ensino-aprendizagem, partimos da seguinte indagação: Quais foram os desafios enfrentados pelos estudantes da

EJA durante as aulas no período de ensino remoto? Temos como auxílio na pesquisa, estudos de documentos oficiais como o parecer CNE/CP nº 2/2020 e a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 (Brasil, 2020) que deram subsídios necessários à investigação deste estudo.

O presente artigo aborda a temática do ensino remoto, refletindo sobre o segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da pandemia. Nessa direção, analisamos as experiências dos alunos que estão matriculados nessa modalidade de ensino, no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), da rede pública municipal de Senador Pompeu – Ceará. Assim procedemos, com o objetivo geral de identificar os principais desafios enfrentados por estudantes da EJA durante o ensino remoto; e com os objetivos específicos de analisar a organização da EJA no CEJA e de verificar a participação dos alunos durante o ensino remoto.

2. Metodologia

A abordagem da nossa pesquisa é qualitativa, pois, segundo Pereira et al. (2018, p. 67), esse tipo de pesquisa pressupõe “[...] a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo”. Ou seja, a pesquisa qualitativa permite aos pesquisadores descrever, explicar e analisar aspectos subjetivos de fenômenos sociais. Nesse sentido, Neves (1996) reafirma que este tipo de pesquisa permite obter dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto em estudo.

A natureza deste estudo está inscrita na pesquisa bibliográfica, exploratória e de campo. Para Toledo & Gonzaga (2011, p. 37), “a pesquisa bibliográfica é aquela que se vale de materiais como livros, artigos científicos, dissertações ou teses” que ajudam a compreender as categorias temáticas através do levantamento de obras escritas sobre o assunto. A pesquisa exploratória (além de permitir aos pesquisadores “uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”) auxilia na compreensão do fenômeno quando o tema escolhido é pouco explorado tornando-se necessário à sua delimitação (Gil, 2008, p. 27). A pesquisa de campo, por sua vez, permite o aprofundamento das questões propostas.

A fundamentação das seções subsequentes está baseada, principalmente, nos pressupostos teóricos de Haddad e Di Pierro (2000), Moura (2003), Scortegagna e Oliveira (2006) e Martins Correia (2021) cujas contribuições potencializam os textos dos tópicos 3 e 4 sob os respectivos títulos: “Breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil”; e “Considerações sobre o ensino remoto emergencial”.

Este estudo se delinea no contexto da realidade de uma turma de Educação de Jovens e Adultos da cidade de Senador Pompeu–CE. Os dados foram coletados com os discentes ao longo do mês de dezembro de 2021 através de um questionário. Tivemos contato com os alunos por intermédio da professora de matemática do CEJA desse município, ocasião em que explicamos as razões pelas quais pesquisamos e convidamos os alunos a participar de nosso estudo. Para assegurar o anonimato da turma, não divulgamos o nome da professora nem dos alunos. Por ainda estarmos cumprindo isolamento social, a aplicação do questionário foi realizada por meio do formulário *Google Forms*.

Como instrumento de coleta de dados utilizamos o questionário circunscrito na abordagem de pesquisa qualitativa com 4 perguntas subjetivas, a saber:

Quadro 1 - Questionário aplicado aos alunos.

1.	Sabemos que as aulas de EJA ocorreram de forma remota. Como foi para você participar dessas aulas de maneira completamente atípica do habitual?
2.	Quais os maiores desafios e dificuldades que você enfrentou durante as aulas nesse período?
3.	Você considera que teve um bom desempenho, mesmo com aulas remotas?
4.	Como você avalia sua aprendizagem durante esse contexto de aulas remotas?

Fonte: Autoras (2022).

O convite para participar da pesquisa, bem como as devidas informações éticas, foram passadas para cinco alunos da cidade de Senador Pompeu, especificamente a turma de matemática do CEJA. Dos cinco alunos indicados pela professora, recebemos retorno positivo de quatro.

Observamos que, ao longo de toda a análise, nominamos os respondentes da pesquisa como: *respondente 1*, *respondente 2*, *respondente 3* e *respondente 4*. Na seção dedicada para análise dos dados, trazemos o resultado de nossa pesquisa bem como sua análise.

3. Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, comumente conhecida por LDB 9.394/96, é a legislação que regulamenta o sistema educacional brasileiro nas esferas pública e privada. Esta lei reafirma o direito do indivíduo à educação desde o nível básico até o ensino superior. O direito à educação de jovens e adultos também está assegurado na LDB. Na seção V, Art. 37 é destacado que: "A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria" (Brasil, 1996).

Sabemos que, por diversas razões, homens e mulheres não conseguem concluir os estudos. Há casos de meninas, por exemplo, que ficam grávidas na adolescência e abandonam a escola; meninos adolescentes que precisam trabalhar; além das dificuldades concernentes ao difícil acesso às escolas, principalmente nas zonas rurais; e diversos outros fatores que impossibilitam adolescentes e jovens de concluir seus estudos na idade certa, criando assim uma demanda a esse público. Nos parágrafos 1º e 2º do referido artigo, a lei estabelece que:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (Brasil, 1996, Art. 37).

Conforme explicitado, a EJA é um direito assegurado por Lei a todos que, na idade própria, não puderam concluir seus estudos, seja por abandono ou por não ter tido acesso a essa educação. Sendo assim, a EJA se torna uma opção para aqueles que desejam conquistar o certificado do Ensino Fundamental e Médio.

Vemos em Beleza e Nogueira (2020, p. 107) que:

O problema de analfabetismo iniciou no período colonial e se estendeu durante quatro séculos, os primeiros alfabetizadores foram os jesuítas onde tinham como objetivo a formação religiosas dos indivíduos, essa educação se dava através de regras e mandamentos religiosos, esse método ocorria através da oralidade pois os indivíduos não tinham acesso à escola e nem sabiam escrever.

As escolas apareceram depois, a partir do empenho dos jesuítas que organizaram as escolas para os filhos dos colonizadores e filhos dos indígenas. Assim, essa educação proporcionada pelos jesuítas transformou-se em educação de classes com características que distinguiam tão bem da aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial, atingindo o período republicano, sem sofrer em suas bases qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar (Moura, 2003)

Scortegagna e Oliveira (2006), por sua vez, elucidam que, desde o início do império, já havia propostas de iniciativas no tocante à EJA por meio das escolas noturnas para adultos; propostas essas que se estenderam até a revolução de 1930, época em que os formuladores das políticas responsáveis pela EJA traçam para ela como único objetivo o de instrumentalizar a

população com os rudimentos da leitura e da escrita, ocasionando grandes transformações a favor da hegemonia. Em 1938, por exemplo, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP, o qual permitiu que em 1942 fosse instituído o Fundo Nacional do Ensino Primário, que deveria incluir o Ensino Supletivo para adultos e adolescentes por meio de um programa de ampliação da educação primária.

Seguindo essa linha do tempo histórica, nos anos 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, aparecendo no final dessa década duas expressivas tendências para essa modalidade da educação: uma compreendida como libertadora (idealizada por Paulo Freire) e outra entendida como educação profissional. Nessa mesma década, surgiram várias campanhas e programas de alfabetização de adultos com intuito de diminuir os índices de analfabetismo, que eram de aproximadamente 46% (Haddad & Di Pierro, 2000). Além disso, o nível de escolarização da população brasileira era muito baixo se comparado aos países em desenvolvimento.

Logo após o fim da 2ª Guerra Mundial (ocorrida entre 1939 e 1945), a UNESCO denuncia ao mundo as desigualdades sociais entre os países do Hemisfério Sul, a exemplo do Brasil. E alerta para a importância da educação de jovens e adultos para a promoção do desenvolvimento econômico e social das nações mais atrasadas. Nesse contexto, surgem vários movimentos a favor da educação de adultos.

No final da década de 1950 e início dos anos 60, o Brasil vivencia um período de “luzes” para a educação de adultos através das campanhas e programas de erradicação do analfabetismo; da criação de novos métodos de ensino; do financiamento da educação pública; da ampliação do número de escolas e de matrícula; e da influência da Educação Popular na educação de adultos (Haddad & Di Pierro, 2000). Sendo Paulo Freire um dos educadores que liderou os movimentos populares e as campanhas de alfabetização de adultos. Com o início do regime militar em 1964, os programas e campanhas em prol da educação de adultos foram reprimidos/interrompidos; dirigentes perseguidos e ideais censurados. Logo, o Estado autoritário impôs um modelo educacional de caráter conservador.

Scortegagna d Oliveira (2006) esclarecem que a criação (em 1967) do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Fundação MOBRAL é considerada como primeira iniciativa importante na educação de jovens e adultos; e que, nesse mesmo período, a Lei de Reforma nº 5.692/71 dispõe um capítulo para o ensino supletivo, recomendando aos Estados atender jovens e adultos.

Para Haddad e Di Pierro (2000), a criação do MOBRAL (1967) e do Supletivo (1971), durante o Regime Militar, objetivava apenas a garantia da oferta de escolarização básica. De um lado, esses dois programas tinham o objetivo de atender aos marginalizados do sistema escolar. De outro, buscavam atender aos interesses políticos dos organismos internacionais (Banco Mundial e UNESCO) em ofertar escolarização mínima aos mais pobres para ter controle sob a grande massa popular.

Em 1985, após a redemocratização do país, decorrente do período de regime ditatorial, muitos programas como o MOBRAL não apresentaram condições políticas para sua continuidade. Sendo assim, este programa foi extinto e substituído pela Fundação Educar que desempenhou um relevante papel na atuação do Ministério da Educação junto a prefeituras municipais e organizacionais da sociedade civil, com ênfase nos movimentos sociais e populares.

Após o fim do Regime Militar e com a criação da nova Constituição de 1988 (que dava maior atenção à Educação de Jovens e Adultos), criou-se a primeira “Conferência Mundial sobre a Educação para Todos da UNESCO”, com o objetivo de pensar em estratégias para reduzir os índices de analfabetismo. De acordo com esse documento da UNESCO (1990), persistem as seguintes realidades:

Mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; • mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em 6 todos os países industrializados ou em desenvolvimento; - mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a

qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e • mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais (UNESCO, 1990, p. 1).

A partir dessa Constituição, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como modalidade específica da educação básica e o Estado passaria a garantir o direito à educação gratuita não só aos que se encontravam em idade própria, mas também àqueles que, por diversas circunstâncias, não puderam usufruir desse direito.

Assim, as iniciativas e ações que ocorrem nesse período, passam à margem das reflexões e discussões sobre o analfabetismo e acerca de um referencial teórico próprio para a educação de adultos no Brasil e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico cuja referência principal foi o pernambucano Paulo Freire (Scortegagna & Oliveira, 2006, p. 5).

Paulo Freire foi (e ainda é) a maior expressão no que concerne à educação de jovens e adultos. Conforme Andrade e Obara (2021), o desenvolvimento da EJA teve influência a partir de suas ideias e fundamentos. O educador propõe uma educação baseada no diálogo.

O diálogo e a comunicação formam as bases da Pedagogia Freireana, conforme elucida Cavalcante *et al* (2022), ao afirmar que a educação é libertadora, pois proporciona reflexão crítica e conscientizadora. “Conscientizando e dialogando, a reflexão se faz inerente à ação para que ela não seja puro ativismo sem intencionalidade, e sim uma ação refletida e deliberada” (Cavalcante *et al*, 2022, p. 4). Essa pedagogia possui uma proposta educativa que busca ser capaz de atender às características socioculturais das camadas populares e ao mesmo tempo estimular sua participação na realidade social, já que, os sujeitos da EJA têm perfis variados quanto a profissão, gênero, geração e zona de residência.

Nos anos que se seguiam às décadas de 1990, 2000, 2010 e 2020, muita coisa aconteceu no âmbito da educação de jovens e adultos no que diz respeito, por exemplo, à sua oferta e a seu financiamento, a saber: a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) em 1996; Programa de Alfabetização Solidária em 1996; Projovem Urbano em 1996; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996; Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária – PRONERA em 1998; Projovem Campo – Saberes da Terra em 2005; FUNDEB em 2007; Programa Brasil Alfabetizado em 2003; Plano Nacional de Educação em 2014, dentre outros programas e iniciativas que colaboraram para a educação de jovens e adultos no Brasil.

É do conhecimento de todos que, desde o mês de março do ano de 2020, temos enfrentado uma crise sanitária decorrente do novo coronavírus – COVID-19. Fato que impossibilitou a execução de diversas atividades, inclusive escolares. A EJA também foi uma área afetada por essa crise, visto que as aulas (antes realizadas de modo presencial) passaram a acontecer de modo remoto. Sobre as problemáticas da EJA no período de ensino remoto, discutiremos na seção que segue.

4. Considerações Sobre o Ensino Remoto Emergencial

Os setores da sociedade, de uma forma geral, sofreram os efeitos da pandemia da COVID-19. Na educação brasileira, a preocupação foi de manter uma qualidade no ensino, em que os alunos não fossem afetados, muito mais do que já estavam com o efeito da doença e do isolamento social. Outro ponto está na aplicabilidade das chamadas novas tecnologias disponibilizadas com o intuito de buscar um outro direcionamento para o ensino _ o que antes era presencial, passou a ser remoto com a chegada da pandemia. No que se refere a EJA, evidenciamos a necessidade de repensar as práticas educativas dessa modalidade de ensino.

Muitos são os desafios enfrentados diante de tais situações: as adaptações de professores, da família e dos alunos ao acesso a essas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), utilizadas também como uma das metodologias para que o

aprendizado acontecesse, é fator determinante nesse processo. Vale destacar a falta desses materiais por parte da grande maioria dos alunos, cuja situação financeira é insuficiente para possuir dispositivos necessários ao manuseio e ao acesso às aulas remotas.

É possível observar algumas vantagens e desvantagens no uso das TICs. No que se refere às vantagens, destacamos o acesso e a produção de informação; a promoção da comunicação a distância e das formas de interação social; assim como as várias possibilidades para o trabalho colaborativo. Na contramão desses benefícios, o uso das TICs na sala de aula virtual tem como principal desvantagem a baixa socialização dos alunos.

Mesmo assim, essa etapa de ensino remoto foi adotada pelas instituições educacionais, por causa da pandemia. Em seus estudos sobre as práticas do ensino remoto, Alves (2020, p. 358) salienta que essa modalidade de ensino: “[...] se caracteriza por atividades mediadas por plataformas digitais assíncronas e síncronas, com encontros frequentes durante a semana, seguindo o cronograma das atividades presenciais realizadas antes do distanciamento imposto pela pandemia”.

O autor explica que, nas aulas remotas, houve uma adaptação temporária de metodologias utilizadas nas atividades educacionais presenciais, inclusive ajustes no calendário _ os horários e os dias das aulas, por exemplo. Contudo, é importante observar que o ensino remoto requer do professor conhecimento metodológico acerca das ferramentas digitais disponíveis para o processo de ensino, uma vez que: a aula síncrona acontece em tempo real, podendo ser mediada por ferramentas como o *chat* e a *webconferência*; já a aula assíncrona não necessita da participação em tempo real, podendo ser mediada por ferramentas como o *e-mail*, fórum, lista de discussão, *blog*, dentre outros. Alves (2020, p. 358), destaca ainda que: “estão tendo que customizar os materiais para realização das atividades, criando *slides*, vídeos, entre outros recursos para ajudar os alunos na compreensão e participação das atividades”.

Para a modalidade EJA, sabemos que o uso desses materiais ou de metodologias, que são usadas no ensino fundamental e médio regular, merece uma atenção a mais, partindo da premissa de que essas ferramentas não atendem aos objetivos desejados, pois, o ensino para jovens e adultos é totalmente diferente, por exemplo, da realidade dos alunos da escola regular.

Maués e Júnior (2021, p. 4) pontuam que:

É necessário entendermos que a EJA atende uma parcela de estudantes que já está na vida adulta, ou seja, esses alunos já possuem vivência do mundo externo à escola, não se comparando com crianças na idade de alfabetização. Por esse motivo a EJA deve adotar processos de ensino e aprendizagem compatíveis com os discentes que buscam formação nessa modalidade de ensino.

Sobre a EJA no contexto da pandemia, Martins Correia (2021, p. 18) destaca que:

deve considerar que, anterior ao surto da COVID-19, o Brasil já enfrentava diversos problemas na oferta e evasão dos jovens e adultos que optam pela modalidade EJA, e a pandemia trouxe a proximidade com as tecnologias educacionais, mas também mostrou o déficit que o país enfrenta com relação ao acesso à internet de qualidade e as ferramentas (computadores e celulares), bem como o panorama socioeconômico da população que busca a modalidade de ensino e por questões financeiras e de adequação de tempo acabam desistindo.

Ressaltamos que a EJA tem suas características peculiares e, desta forma, as diversas adaptações e um novo aprender foram desafios a serem superados neste momento pandêmico. Essa modalidade, no contexto de ensino remoto, prevê duas situações: na primeira, encontram-se alunos que são nativos digitais (pessoas que já nasceram inseridas no mundo digital); e na segunda, alunos que são imigrantes digitais (pessoas que nasceram antes da era digital, e que precisam aprender a lidar com as TICs).

O uso das ferramentas digitais no processo de ensino – aprendizagem ainda é um desafio a ser superado tanto por parte do professor quanto do aluno. Alguns professores têm dificuldade em usar os recursos digitais disponíveis nas plataformas de ensino. Em relação aos alunos, além da dificuldade no manuseio de novas ferramentas digitais, muitos não têm acesso a algumas ferramentas, tais como celular e notebook. Contudo, é importante compreendermos que nenhuma dessas metodologias, sejam elas digitais ou impressas, substitui o modelo presencial, principalmente por comprovações de que o público-alvo já tem suas particularidades no quesito aprendizagem.

O Ministério da Educação tomou medidas para que as instituições educacionais não ficassem desassistidas. Diante de tais circunstâncias, foram publicadas Portarias que vinham sendo atualizadas, conforme a mudança de cenário da doença, no intuito de regular as atividades escolares das modalidades de ensino, suspendendo as aulas presenciais e indicando em caráter emergencial a Educação remota. O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou diretrizes para orientar escolas e instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus.

No cumprimento das medidas para enfrentamento da pandemia COVID-19, publicadas no Diário Oficial da União, foram estabelecidas _ por meio de pareceres (por exemplo, CNE/CP nº 2/2020); e da portaria nº 343/2020 _ normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, tanto públicas quanto privadas, definindo medidas de proteção em situação excepcional de risco epidemiológico decorrente da pandemia da COVID-19, auxiliando as redes municipais e estaduais de ensino no acolhimento ao direito de aprendizado dos educandos. O CNE ainda sugere que “estados e municípios busquem alternativas para minimizar a necessidade de reposição presencial de dias letivos, a fim de permitir que seja mantido um fluxo de atividades escolares aos estudantes enquanto durar a situação de emergência” (Brasil, 2020)¹.

Na Resolução CNE/CP nº 2 de 10 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020), no seu artigo 4º § 3º, lemos: “A reorganização das atividades educacionais deve minimizar os impactos das medidas de isolamento na aprendizagem dos estudantes, considerando o longo período de suspensão das atividades educacionais presenciais nos ambientes escolares”.

Para as atividades não presenciais dirigidas aos estudantes com maior autonomia, a Resolução CNE/CP nº 2/2020, no seu Artigo 22, sugere o que se segue para as modalidades de ensino: “[...] Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, bem como da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a supervisão por familiares adultos pode ser feita por meio de orientações, apoio de planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou *on-line*” (Brasil, 2020, p. 12). E ainda são acrescentadas as seguintes possibilidades:

- I - elaboração de sequências didáticas construídas em consonância com as competências e suas habilidades preconizadas em cada área de conhecimento pela BNCC;
- II - utilização, quando possível, de horários de TV aberta para programas educativos compatíveis com crianças e adolescentes;
- III - distribuição de vídeos educativos (de curta duração) por meio de plataformas *on-line*, mas sem a necessidade de conexão simultânea, seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais ou responsáveis;
- IV - realização de atividades *on-line* síncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- V - Oferta de atividades *on-line* assíncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- VI - Estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outras;
- VII - realização de avaliações *on-line* ou por meio de material impresso a serem entregues ao final do período de suspensão das aulas presenciais (Brasil, 2020, p. 12 e 13²).

¹ Disponível em: <https://bitly.com/UZpDNz>.

² Disponível em: <https://bitly.com/ZKMIzd>.

Observamos, portanto, que essas possibilidades têm um papel de suma importância para as instituições escolares, com medidas que possam garantir o ensino e a aprendizagem dos educandos neste tempo de pandemia. Além disso, podemos depreender, desses documentos oficiais, que o ensino remoto levou não só os professores a modificarem suas práticas de ensino, mas também os educandos e as famílias a se reinventarem quando passaram a receber esse tipo de ensino em casa.

Consideramos também as metodologias apresentadas. Elas surgem como forma de continuidade aos estudos. É o caso das metodologias digitais para o ensino na EJA, pois, sabemos que, historicamente, essa modalidade já encontrou (e ainda encontra) inúmeros desafios para lidar e continuar aprendendo, desenvolvendo habilidades através do ensino que é repassado dentro dessa categoria educacional.

Mediante as discussões elencadas, seguiremos para análise dos dados, abordando com mais detalhes a realidade dos educandos no que diz respeito ao seu aprendizado, às necessidades individuais, associando aos seus conhecimentos e, de certa forma, ao ritmo de aprendizagem que cada um teve nesse período do ensino emergencial.

5. Análise dos Dados

Diante do cenário da pandemia do novo coronavírus-COVID-19, a modalidade da EJA, composta em sua maioria por estudantes com histórico de exclusão educacional, se mostra ainda mais vulnerável devido à suspensão das atividades escolares, gerando um desafio ainda maior para os sistemas de ensino.

No Ceará, a EJA tem sido ofertada majoritariamente pelos municípios. Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Tramitty em 2012, em parceria com as universidades estaduais e a federal do Ceará (UECE, URCA e UFC), muitos municípios cearenses limitam a oferta de EJA apenas aos CEJAS, cuja localização geralmente fica na sede do município, dificultando o acesso daqueles que moram em regiões distantes como a periferia e a zona rural, implicando em gastos com deslocamento/transporte (Nunes, et al., 2013).

A Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 (Brasil, 2020), que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais e impressas durante a pandemia, também recomendou que cada instituição definisse as metodologias adequadas para essa adaptação ao ensino remoto. O Conselho Nacional de Educação (CNE) também regulamentou as aulas remotas emergenciais para cada nível e cada modalidade de ensino. No tocante à Educação de Jovens e Adultos, o CNE recomendou que as medidas adotadas por cada instituição “[...] devem considerar as condições de vida dos estudantes, para haver harmonia na rotina de estudos e de trabalho” (Brasil, 2020³).

O ensino remoto de caráter emergencial configurou-se num grande desafio para todos. A fim de refletir sobre o atual contexto do ensino remoto na EJA, buscamos o diálogo com alguns discentes de uma escola onde aplica a modalidade EJA no município de Senador Pompeu-CE. Os alunos vivenciaram esse momento atípico de aulas remotas. Assim, através das respostas fornecidas por cada estudante, pudemos conhecer um pouco sobre os receios e superação dos desafios enfrentados por esses sujeitos sociais. A seguir apresentamos os dados que foram levantados através do questionário aplicado.

Foram entrevistados quatro estudantes da modalidade EJA: 3 (três) do Ensino Médio e 1 (um) do Ensino Fundamental II, de uma escola situada no município de Senador Pompeu-CE; com idades de 31, 40, 47 e 62 anos, sendo 3 do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Indagados sobre como foi participar das aulas de maneira remota, completamente atípica do habitual. O respondente 1 relatou que inicialmente foi bastante complicado, mas que aos poucos conseguiu se adaptar, uma vez que era a única alternativa diante da situação. Já o respondente 2 falou que o fato de ter ocorrido de forma remota lhe garantiu a oportunidade de concluir o ensino médio. O respondente 3 também relatou que, sendo mãe de uma criança especial, as aulas de

³ Disponível em: <https://bitly.com/edgKUw>

forma remota permitiram realizar o sonho de concluir os seus estudos; e o respondente 4 disse que permitiu manter os estudos mesmo residindo em outro município.

Ressaltamos que os sujeitos da EJA são trabalhadores não qualificados e com baixo nível de escolarização: alguns com passagem curta pela escola, outros que não tiveram acesso à escola na idade própria.

O artigo 37 da LDB 9.394/96 assegura que, para efetuar matrícula na EJA, o aluno deve ter idade mínima de 15 anos, para o Ensino Fundamental, e de 18 anos para o Ensino Médio. No entanto, alguns pesquisadores brasileiros têm chamado a atenção para o perfil marcadamente juvenil da EJA no Brasil. Quanto a isso, Di Pierro (2005, p. 1121) afirma que:

O período de transição do milênio foi marcado, em todo mundo, pelo crescimento das aspirações e da participação dos jovens e adultos em programas educacionais. Dentre as motivações para a busca de maiores níveis de escolarização após a infância e adolescência, destacam-se as múltiplas necessidades de conhecimento ligadas ao acesso aos meios de informação e comunicação, à afirmação de identidades singulares em sociedades complexas e multiculturais, assim como às crescentes exigências de qualificação de um mundo do trabalho cada vez mais competitivo e excludente. No caso brasileiro, esses fatores favoreceram a expressão de parcela da extensa demanda potencial acumulada ao longo de uma história de negação de direitos e limitado acesso à educação escolar, que legou ao presente grandes contingentes de jovens e adultos analfabetos, com reduzida escolaridade e escasso preparo profissional (Di Pierro, 2005, p. 1121).

A exigência de certificação, para ingresso no mercado de trabalho, é um dos fatores que motiva o aumento do número de matrícula de pessoas jovens e adultas nessa modalidade de ensino. Muitos desses sujeitos abandonam a escola por fatores relacionados à pobreza e à necessidade de trabalhar. Já os idosos, não tiveram acesso à escola e buscam na mesma a oportunidade de recuperar o tempo perdido.

Os sujeitos desta pesquisa são pessoas adultas na faixa etária dos 30 aos 60 anos de idade. Todos são alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). Esta instituição de ensino, assim como outras do estado do Ceará, teve que se adequar às novas metodologias de ensino propostas pelo modelo de ensino remoto.

Para Maria Clara Di Pierro (2005), o adulto em processo de alfabetização precisa de uma rotina diária de estudos mediada pelo professor. Nesse sentido, a autora critica algumas propostas de alfabetização usadas nos CEJAS, pela falta de uma rotina diária de estudo orientada pelo professor. Nesse caso, o aluno recebe orientação pedagógica do professor duas vezes por semana ou quando necessitar; e faz o exercício de fixação da matéria em casa.

Com o ensino remoto, o processo de alfabetização na EJA ficou mais difícil _ devido a complexidade do momento pandêmico, assim como a dificuldade de alguns alunos em se adaptarem às ferramentas digitais disponíveis no ambiente de aprendizagem.

Fica nítido que a percepção sobre o formato das aulas remotas não se apresenta da mesma forma para todos. Porém, podemos destacar que, em cada situação, devido às adversidades vivenciadas por cada um, as aulas remotas tornaram-se a oportunidade de se continuar estudando.

Perguntamos, ainda, quais os maiores desafios e dificuldades enfrentados durante as aulas nesse período de ensino remoto; e obtivemos as seguintes respostas:

Respondente 1: *Pra começar eu quase não mim acostumo mais depois já tava achando era bom.*

Respondente 2: *Administrar as aulas com o trabalho doméstico. mas deu certo.*

Respondente 3: *Aprender as fórmulas de matemática no início.*

Respondente 4: *Desafios foi com minhas ocupações, assim conseguir concluir até o ensino médio, passando por as dificuldades que tinha em conclui meu trabalho, casa, e assim chegar onde já mais pensei concluir o ensino médio assim com tantas rapidez, Dificuldades, A distância, a falta de transporte e ornar o tempo, entre outros.*

Percebe-se que, em se tratando de um público de jovens e adultos, o ensino remoto tem sido ainda mais desafiador, uma vez que a esse público surge a necessidade de conciliar suas atividades cotidianas e profissionais com as tarefas estudantis na modalidade remota.

Sobre o desempenho nas aulas remotas, os quatro respondentes afirmaram que tiveram um bom desempenho, apesar das dificuldades. Isso nos revela que o modelo de ensino remoto, apesar das suas limitações, se configura como boa alternativa para assegurar a continuidade do ensino.

Para finalizar, os alunos foram questionados sobre a avaliação de sua própria aprendizagem durante esse contexto de pandemia e aulas remotas.

Respondente 1: *Eu avalio que deu certo né porque tava dando muito bem prá acompanhar os estudos mesmo à distância*

Respondente 2: *Produtiva*

Respondente 3: *Bom*

Respondente 4: *Mesmo achando que teria aprendido muito mais com as aulas presencial, meu aprendizado foi ótimo, assim contando sempre com os meus mestres que sempre me incentivando cada dia mais. Então meu aprendizado foi com certeza muito bem.*

Em relação às aprendizagens no contexto da pandemia, percebemos que é possível, mesmo diante dos desafios/das dificuldades, vislumbrar oportunidades de obter conhecimentos, com os quais os estudantes se mostram capazes de ressignificar a forma de aprender. Vale ressaltar também o papel dos professores que têm buscado se adaptar ao novo contexto e aprender junto com os alunos um novo fazer pedagógico, sempre incentivando e ajudando na construção do conhecimento.

6. Considerações Finais

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, foi marcada por muitas transformações, sempre ligadas às mudanças sociais, políticas e econômicas de cada período histórico. Muitas foram as conquistas legais no cenário da política educacional voltadas para o público EJA que possibilitaram aos seus sujeitos a inclusão de direitos sociais e políticos. Porém, apesar dessas conquistas, a luta para a garantia do direito à educação para aqueles e aquelas que tiveram seus percursos interrompidos ou negados historicamente precisa ser contínua e constante, tendo em vista que as políticas públicas muitas vezes ainda não conseguem atender as especificidades deste público.

Historicamente, as condições para o funcionamento da EJA foram sempre comprometidas por questões políticas e pedagógicas. A pandemia da COVID-19 e a consequente suspensão das aulas presenciais, impuseram aos estudantes da EJA desafios que convergem para a fragilidade que essa área da educação já possui em sua trajetória constitutiva. Além da ausência de uma proposta sistematizada e efetiva, limitações de outras naturezas incidem diretamente sobre os sujeitos dessa modalidade de ensino e são agravadas pelo cenário da crise sanitária. A EJA apresenta características peculiares; por isso, as diversas adaptações (a uma nova forma de aprender através do ensino remoto) foram desafios a serem superados.

Com base nas análises das respostas ao questionário, concluímos que a educação não presencial, apesar de bastante desafiadora para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em que os estudantes tiveram que se adaptar a uma forma de estudo à qual não estavam acostumados, se mostrou eficaz dentro das perspectivas dos estudantes. Concluímos, ainda, que a EJA se mantém como importante modalidade de ensino, mesmo diante de um cenário tão adverso tal como a excepcionalidade da pandemia COVID-19, oferecendo a oportunidade de conclusão dos estudos àqueles e àqueles que tiveram seus direitos educacionais negados.

Referências

- Almeida, J. G. de., & Carvalho, S. M. G. de. (2020). As repercussões do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) nas vidas de educandos: idas e vindas de suas trajetórias educacionais. *Research, Society and Development*, 9 (8), 1 – 23.
- Alves, L. (2020). Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Educação*, 8(3), 348-365. <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>.
- Andrade, C. C. de., & Obara, A. T. (2021). Educação crítica e transformadora na Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma proposta de trabalho com a Educação Ambiental no ensino da Matemática. *Research, Society and Development*, 10(13), e586101321537. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21537>
- Brasil. (2020). *CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia*. Ministério da Educação. 28 abr. 2020.
- Brasil. (2020). *Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020*. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação. Edição: 237 - seção: 1, página: 52. 11 de abril 2020.
- Brasil. (1996) *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- Brasil. (2020) *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020*.
- Beleza, J. O., & Nogueira, E. M. L. (2020). Contexto Histórico da Educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH*, 4(2, jul-dez), 107-126.
- Cavalcante, S. M., Almeida, J. G. de., & Silveira, C. S. (2022). A atualidade da Pedagogia Freiriana: com a palavra, educadoras (es). *Research, Society and Development*, 11 (7), 1 – 13.
- Correia, D. M., & Nascimento, F. L. (2021). COVID-19, ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 6(17), 06-22.
- Di Pierro, M. C. (2005). Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educação & Sociedade*, 26(92), 1115-1139.
- Lima, N. L. G., & de Souza, J. R. F. (2020). A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do campo: o caso do assentamento 25 de Maio, Madalena, Ceará. *Research, Society and Development*, 9(11), e6029119171-e6029119171.
- Maués, M. J. S., & Baia Junior, P. C. (2021). Alfabetização e letramento na escola do campo: um estudo em turmas de EJA na Escola Santo Antônio, Rio Bacuri, Abaetetuba, Pará. *Research, Society and Development*, 10(10), e567101019220. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i10.19220>
- Moura, M. D. G. C. (2003). Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica. *Curitiba: Educarte*.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em administração, São Paulo*, 1(3), 1-5.
- Nunes, M. E. M., Carvalho, S. M. G., & Mendes, J. E. (2013). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Vale do Jaguaribe: avanços e desafios na formação docente. *Caderno: Didática e Prática de Ensino na Relação com a Formação de Professores*. Fortaleza: EDUECE. Livro 2.
- Pereira A. S., Shitsuka D. M., Pereira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM.
- Scortegagna, P. A., & da Silva Oliveira, R. D. C. (2006). Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação*, 5(2).
- Sérgio, H., & Di Pierro, M. C. (2000). Escolarização de jovens e adultos. *Revista brasileira de educação*, 108-130.
- Toledo, C. A. A., & Gonzaga, M. T. C. (2011). Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas. *Eduem*.